

Duas orações e um tribuno

Josué Montello 16 JUL 1985

DIVIDIDO entre Brasília e Salvador, por força de sua condição de grande advogado, o Professor Josaphat Marinho, ex-senador pela Bahia, continua a atuar, no plano do interesse público e das causas universitárias, dando-nos a impressão de não ter interrompido o seu mandato parlamentar.

Dia por dia, com seu saber e a sua experiência, prossegue na alta linha dos estudos e dos debates superiores, como se ainda estivesse a ornamentar com esse saber e essa experiência o Senado da República.

Seu caso é análogo ao de Paulo Brossard. Este, quando representou o Rio Grande do Sul em nossa Câmara Alta, soube restituir ao parlamento, por várias vezes, os instantes supremos de Silveira Martins — pela veemência do discurso, pelo vigor da frase, pelo calor das convicções.

Enquanto o voto popular não restitui a um e a outro à tribuna do Senado, ambos permanecem nas lides da vida pública, visto que todos os caminhos levam a Roma — quando se é competente.

Os dois estudos que o Senador Josaphat Marinho acaba de publicar em Salvador, um sobre nossa renovação institucional e cultural, outro sobre a universidade, a cultura e a política, dir-se-iam grandes orações parlamentares, numa dessas tardes em que o Senado da República alarga o silêncio de seu plenário, para que nada se perca do orador na tribuna — sem que o presidente tenha de lembrar-se que existe uma campanha ao alcance de sua mão vigilante, para impor esse mesmo silêncio.

Diz-nos a experiência da vida que, quando não se faz silêncio em volta de um orador na tribuna, a culpa não é da tribuna nem do plenário — é do próprio orador, que não soube escolher o seu assunto nem tampouco lhe deu a veemência necessária, ou a frase adequada, que dispensam as intervenções da campanha.

Não nos esqueçamos deste reparo de Hobbes: a democracia é uma aristocracia de tribunos. Não dos tribunos que são mais gestos e voz trovejante que palavra, e sim daqueles que trazem ao povo a palavra reflexiva, capaz de orientar, de esclarecer, de conduzir.

E é essa palavra reflexiva, ajustada ao momento presente, que nos traz Josaphat Marinho nos seus dois ensaios. Ensaios, e digo bem. Porque ambos refletem em seu texto a preocupação de debater e concluir; mas concluir sem dogmatizar.

A rigor os dois ensaios se completam, com estes pontos comuns: a crise da universidade, a crise da cultura e a crise das instituições.

Há poucos dias, em conversa com o nosso Ministro da Cultura, tive oportunidade de sugerir, após um reparo do Professor Aluísio Pimenta, que a cultura e a civilização, ao contrário do que reconhecia Maritain, não se correspondem: a

civilização se distinguiria da cultura por ter um elemento a mais, que é a ideologia, no plano político.

Bem sei que a elucidação do problema comporta polémica interminável, dessas que levam ao fim dos tempos, sem dar ganho de causa a ninguém. Entretanto, julgo ter deixado aí uma compreensão a mais, de ordem objetiva.

Josaphat Marinho, mestre universitário, defende a participação da Universidade no processo político. No que concerne ao momento atual e à realidade brasileira, justifica essa participação na elaboração da nova Constituição da República. E argumenta: "A cooperação devida não é restrita aos juristas, aos filósofos, aos sociólogos, ou aos economistas. Se esses e outros estudiosos têm preocupação mais constante com os problemas institucionais, as soluções gerais e básicas interessam a todos os quadrantes do pensamento e da atividade profissional, inclusive aos moços ainda em formação".

Vem a propósito reconhecer aqui que uma das características mais sensíveis do mundo contemporâneo, na porfiada busca de novas soluções e novos caminhos, é a perplexidade. Perplexidade que atinge as ortodoxias mais fechadas. Mesmo as que se radicalizaram no plano político.

No que concerne à renovação institucional e cultural, diz-nos Mestre Josaphat Marinho que ela "exige tempo, em função da natureza e da complexidade dos problemas." E mais: "As normas jurídicas estabelecidas servem de arrimo à vontade social de mudar. A sociedade pode impulsionar a transformação, colaborando com o poder público, ou sobre ele exercendo pressão legítima".

A crise fundamental de nosso tempo não será a que advém da complexidade do saber? A cultura contemporânea não cabe mais no livro que acabou de ser publicado — cabe sobretudo na publicação periódica, que, por vezes, já é obsoleta, quando posta ao alcance do leitor, visto que o saber já a ultrapassou, notadamente no campo da ciência e da tecnologia.

Estará aí também um dos fulcros da crise universitária. O saber, para ser transmitido às novas gerações, depende do mestre. Quantos mestres estarão realmente atualizados, quanto ao seu campo de estudo e de ensino?

Cabendo à Universidade transmitir o saber vivo e atual, por vezes esse saber ultrapassa o programa da classe, no curso de sua transmissão, com as pesquisas mais recentes. Como fazer? Transmitir o saber consagrado, deixando para outros cursos o saber em transformação? Ou já seria tempo de criar-se o quarto grau, no plano dos estudos universitários, com novas técnicas de aliciamiento e novas formas de ensino?

Talvez que a Universidade atual acabe por ser apenas a agência do saber básico. Convém não esquecer que as técnicas modernas estão se acelerando a cada momento, a ponto de suplantarem os recursos tradicionais que pareciam definitivos. Haja vista o que acaba de ocorrer, entre nós, no plano político, com o voto do analfabeto. Que significa essa alteração? Apenas isto: as modernas técnicas de comunicação de massa, como a televisão e o rádio, dispensaram o domínio do código, que é o alfabeto, para a transmissão do raciocínio político, que dá consciência à opção do voto.

Tanto a televisão quanto o rádio atuam de modo eficaz na preparação do homem contemporâneo, levando mesmo ao equívoco de supor-se que suplantaram o saber escrito, com a superação do livro.

Seria essa a razão por que rádio e televisão parecem desdenhar o livro, sem lhe dar o espaço merecido?

A verdade é que foi pelo livro que se chegou à televisão e ao rádio. O livro não implica apenas o domínio de um código para conviver com ele: é também um tipo de raciocínio, que decorre desse convívio. Não podemos chegar à situação imaginada por um cartunista inglês, quando desenhou a figura do reitor correndo atrás do novo bacharel, ao fim da solenidade de formatura, a gritar-lhe, exibindo um volume:

— Isto aqui é o que nós chamamos livro!

Josaphat Marinho, batendo-se pela participação da Universidade na elaboração da nova Constituição da República, coloca o problema no plano correto, associando a instituição universitária à preparação da lei básica que assegura a existência da própria Universidade.

Vou mais adiante. Acho que, depois de concluída, a Constituição deve ser ensinada ao povo, para que o próprio povo acabe por seguir a lição do velho político que, ao ter de consultar a Constituição, costumava repetir:

— Vamos ver o que diz o livrinho.

